

## EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fabíola Amaro Mariano <sup>1</sup>  
Iana Maria Lopes Bessa <sup>2</sup>  
Nadson Lopes Monteiro<sup>3</sup>  
Heraldo Simões Ferreira<sup>4</sup>

### RESUMO

A amamentação representa uma prática natural que fortalece o laço emocional entre mãe e filho. Além de ser uma forma econômica e eficaz de alimentar a criança, o ato de amamentar desempenha um papel crucial no reforço do sistema imunológico do bebê, o que, sem dúvida, auxilia na redução da morbimortalidade infantil. No entanto, mesmo com todos esses benefícios, os índices de amamentação ainda são insatisfatórios, distantes das metas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. Portanto, é responsabilidade dos profissionais de saúde realizar ações educativas que incentivem e estimulem a prática da amamentação. Dada à importância desse tema, é essencial analisar os aspectos relacionados à amamentação sob diferentes perspectivas. Todas as mulheres, independentemente de classe social, etnia, raça ou condições socioeconômicas e culturais, devem ser consideradas nesse cenário. Nesse sentido, destaca-se a situação das mulheres encarceradas, cujos direitos à saúde são garantidos pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), implementado pelo Governo Federal em 2003, que assegura a elas o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Diante da importância do tema, uma das autoras deste texto, atuando como enfermeira em uma unidade prisional feminina no Ceará, programou uma roda de conversas como estratégia educativa em saúde. Trata-se de um único encontro que teve como objetivo destacar a relevância da amamentação materna exclusiva. Este trabalho se fundamenta na vivência da autora, focando na amamentação e na educação em saúde para mulheres em situação de privação de liberdade. O estudo, de caráter descritivo, utilizou a metodologia participativa por meio das rodas de conversa. Os resultados indicam que a estratégia adotada contribuiu para o fortalecimento da Educação em Saúde no âmbito da amamentação exclusiva.

**Palavras-chave:** Amamentação, Educação em Saúde, Enfermagem, Sistema Prisional.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Ensino na Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECE, fabiola.fam@yahoo.com;

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Mestrado Profissional Ensino na Saúde da Universidade Estadual do Ceará - CE iana.bessa@hotmail.com;

<sup>3</sup> Mestrando do Curso de Ensino na Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECE, nadson076@gmail.com;

<sup>4</sup> Professor Orientador: Pós doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, área de Educação Física Escolar. Doutor em Saúde Coletiva. Mestre em Educação em Saúde. Especialista em Psicomotricidade. Aperfeiçoamento em Artes Marciais, Esportes de Combate e Lutas, heraldo.simoese@uece.br;

## INTRODUÇÃO

As mulheres encarceradas enfrentam uma maior vulnerabilidade a questões de saúde em comparação com a população feminina em geral. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), no ano de 2018, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking mundial de mulheres na prisão, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (211.870 mulheres detidas), da China (107.131) e da Rússia (48.478).

A superlotação das penitenciárias femininas implica na elevação dos índices de problemas de saúde, pois neste ambiente hostil encontramos uma parte da população socialmente vulnerável (Ribeiro, S.G, et al, 2013).

Sendo assim, o aumento do número de mulheres encarceradas à luz dos problemas associados a essa realidade é preocupante, já que a prisão proporciona um ambiente hostil e prejudicial à saúde, o que eleva o risco de surgimento de doenças, a essas mulheres (Almeida et al., 2015).

Estas têm seus direitos violados de modo acentuado pelo Estado brasileiro, havendo prejuízos à saúde, à reintegração social, à educação, ao trabalho, à preservação de vínculos e às relações familiares (Ribeiro, S.G, et al, 2013).

Embora a temática seja de tamanha relevância, as políticas de saúde direcionadas às mulheres que estão privadas de liberdade ainda apresentam falhas em relação à sua eficácia (Santos, B.R.M.; Rezende, V.A, 2020).

Em 2014, foi estabelecida a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. É sabido que a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional tem como objetivo assegurar a humanização das condições de cumprimento da pena, protegendo não apenas o direito à saúde e maternidade, mas também o direito à educação, alimentação, trabalho, assistência jurídica, entre outros (Lermen HS, Gil BL, Cúnico SD, Jesus LO, 2015).

Contudo, diversas pesquisas indicaram que, na prática, essa política não é executada de forma efetiva, revelando-se insuficiente, inclusive na proteção dos direitos reprodutivos e parentais das mulheres (Bartholo, L.; Passos, L.; Fontoura, N, 2019).

Diante desse cenário, é fundamental redobrar a atenção à saúde das mulheres encarceradas. As questões relacionadas a esse assunto precisam ser reavaliadas e direcionadas de outra maneira.

Para que isso aconteça, devemos utilizar todos os recursos que estão disponíveis, sendo a consulta de enfermagem um exemplo destes, tendo em vista que o enfermeiro enquanto integrante da equipe multiprofissional deve não somente prestar uma assistência de enfermagem qualificada, mas também cabe a este profissional desenvolver atividades de saúde que promovam a prevenção e a promoção á saúde (Reibnitz, K.S., Prado M.L, 2006).

Nesta perspectiva, uma das autoras deste texto, enquanto enfermeira assistente em uma unidade prisional feminina no Ceará observou a necessidade de desenvolver uma ação educativa para tratar da relevância da amamentação materna exclusiva no cárcere através da realização de uma roda de conversas como estratégia educativa em saúde.

Essa metodologia permite a atuação efetiva dos participantes no processo educativo sem considerá-los meros receptores, nos quais se depositam conhecimentos e informações (Lopes, E.B, 2001).

No enfoque participativo, valorizam-se os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, identificação e busca de estratégias para tentar resolver as situações-problema que surgem. Essa metodologia, ainda, facilita o processo de reflexão pessoal, interpessoal e de ensinoaprendizagem, integrando as pessoas e estabelecendo vínculos de afetividade e respeito mútuo (Lopes, E.B, 2001).

Assim, este trabalho é baseado na experiência de uma das autoras, com enfoque na amamentação materna exclusiva e na educação em saúde para mulheres privadas de liberdade, tendo como objetivo relatar uma ação educativa do tipo roda de conversa realizada pela enfermeira assistencial sobre a importância da amamentação exclusiva ao seio materno.

Essa temática foi escolhida pela autora pelo fato da amamentação ocorrer durante a fase do pós-parto, embora tradicionalmente considerado como uma duração de seis semanas pode variar em extensão, abrangendo desde o nascimento do bebê até a completa recuperação fisiológica da mãe. Esse intervalo é geralmente dividido em três fases: o puerpério imediato, que vai do nascimento até o 10º dia após o parto; o puerpério tardio, que se estende do 11º ao 42º dia; e o puerpério remoto, que abrange do 43º dia até um ano após o parto. (SANTOS et al., 2024).

Essa fase pode levar a uma instabilidade emocional, deixando a mulher vulnerável a transtornos mentais, logo se faz necessário voltar olhares para aquelas mães em situações de risco, assim podemos destacar as mães encarceradas.

De acordo com a Fiocruz (2021), aproximadamente 10% das mulheres grávidas e 13% das puérperas enfrentam algum tipo de distúrbio psicológico. Entre os transtornos que podem ocorrer após o parto estão a disforia puerperal (baby blues) e a depressão pós-parto, assim atividades que envolvam essas mulheres devem ser desenvolvidas independentemente da situação as quais se encontrem (OLIVEIRA et al., 2024)

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo de tipo relato de experiência, extraído a partir da vivência enquanto enfermeira assistencial de uma ação de promoção da saúde em Unidade Prisional feminina em Itaitinga/CE.

A unidade prisional é nomeada como Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, esta possui capacidade para 1.132 detentas, as quais podem ser alocadas nas alas dos regimes aberto, semiaberto e fechado, a unidade possui também salas de aula, oficinas, além do setor de Enfermaria e a Creche Irmã Marta, dentre outros (Bartholo, L.; Passos, L.; Fontoura, N, 2019).

A atividade educativa foi desenvolvida através de uma Roda de Conversa na Creche da unidade penitenciária, este método foi escolhido, pois o mesmo versa à participação coletiva consistindo na criação de espaços de diálogo, em que as pessoas se expressam, escutam os outros e a si mesmas (Ceccim RB.; Feuerwerker LCM, 2004).

Esta estratégia impulsiona a construção da autonomia dos sujeitos envolvidos pelo ato da problematização, da troca de informações e da reflexão para a ação (Ceccim RB.; Feuerwerker LCM, 2004).

Nessa perspectiva, a roda serve para estimular a troca mediando uma aprendizagem recíproca, pois todos os que entram na roda têm poderes iguais sobre o território de que falam (Lopes EB, Luz AMH, Azevedo MPSMT, Moraes WT, 2001).

Assim, a roda de conversa foi realizada durante a visita mensal realizada pela enfermeira à Creche, o método utilizado foi escolhido pela facilidade na aplicabilidade da intervenção educativa, tendo em vista que desenvolver atividades de saúde no cárcere implica em superar as dificuldades de ambientação e de logística operacional, tendo em vista o cenário penitenciário e suas particularidades.

Fizeram parte da atividade: a enfermeira assistencial, a técnica em enfermagem e o público alvo, o qual foi composto por nove detentas que se encontrava com seus filhos menores de um ano e quatro detentas que estavam gestantes.

A enfermeira iniciou a Roda de conversa explanando sobre a temática e posteriormente utilizou um protótipo de mamas para demonstrar a técnica correta para realização da amamentação, posteriormente foi aberto para as participantes compartilharem suas dúvidas, medos e angústias e por fim, foi possível desmitificar os mitos e fortalecer a importância do cuidado com a saúde, apesar da reclusão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apesar das condições desfavoráveis do ambiente no qual a atividade foi desenvolvida, bem como a limitação de tempo para a realização da mesma, foi possível observar o interesse das detentas ao assunto abordado, tal interesse foi confirmado pela participação ativa das reclusas.

De acordo com Araújo *et al.* (2016), os usuários se sentem valorizados e cuidados quando os atendimentos são humanizados, individualizados e com ações educativas em grupo, e isso intensifica o vínculo da equipe de saúde com a comunidade, aumentando a adesão ao tratamento.

Tal afirmação foi observada também durante as consultas de enfermagem ginecológicas quando foi possível escutar o relato de algumas detentas que participaram da atividade, confirmando que a ação foi bastante produtiva e que se possível outras atividades fossem devolvidas posteriormente.

Acredita-se que o lúdico e a mudança na rotina das reclusas contribuíram para alcançar o objetivo da ação desenvolvida, estratégias como estas executadas de uma forma mais elaborada e planejadas conjuntamente com as ações desenvolvidas obrigatoriamente dentro das unidades de reclusão, podem ser mais efetivas e eficazes.

Em alguns momentos de fala, o fator “ausência da família” foi bem recorrente, esse achado nos leva a refletir que ações de políticas públicas devem discorrer sobre a necessidade da criação de uma rede de apoio que inclua familiares, pois é crucial para o acolhimento dessas mulheres.

Assim, é fundamental que as políticas de saúde priorizem o suporte emocional desde o pré-natal, garantindo que, no pós-parto, se reconheça sua importância para a saúde integral da mulher encarcerada, promovendo um ambiente minimamente humanizado que favoreça o vínculo entre mães e bebês. O estudo serve como um alerta para a valorização da saúde materna, amamentação, promoção à saúde mental no pós-parto, nas práticas de enfermagem e nas políticas de saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A enfermagem é uma profissão que tem como objeto de trabalho o cuidar e como tal deve estar sempre apta para desenvolver estratégias para tentar solucionar problemáticas que dificultem a propagação da saúde, visando melhorias da qualidade de vida do paciente de uma maneira humanizada e justa, sejam qual for o ambiente em que a assistência à saúde será prestada.

Logo, a roda de conversa sobre amamentação materna exclusiva, esclareceu que essa abordagem favorece a obtenção de dados científicos a partir das experiências compartilhadas pelos participantes.

Isso também permite a abertura para novas perspectivas e vivências, ampliando a compreensão da realidade enfrentada por muitas mulheres que se encontram em regime de cárcere e possibilitando que profissionais da saúde que desenvolvem seu labor nesse ambiente, possam utilizar atividades mais participativas, para então promover saúde e melhoras a qualidade desse público.

. A análise deste estudo revela que, apesar das condições desfavoráveis é possível realizar educação em saúde e promover saúde para o público feminino encarcerado.

Esse achado evidencia as lacunas na assistência à saúde e enfatiza a necessidade de um atendimento dignificado e humanizado para as mulheres privadas de liberdade.

Por fim, ações educativas dessa natureza devem ocorrer para proporcionar momentos de aprendizado muito mais rico e permanente na vida dessas mulheres que vivem em regime de reclusão, bem como proporciona ao enfermeiro assistencial a oportunidade de desenvolver o seu papel de educador em saúde, colaborando

assertivamente para uma assistência de enfermagem mais humanizada independentemente do local onde esta esteja sendo prestada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.R.C. *et al.* Condição de saúde de mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. **Rer Bras Ci Saúde**.2015;19(1):73-80. Disponível em: . Acesso em: 11 set. 2024. <http://dx.doi.org/10.4034/RBCS.2015.19.01.12>

ARAÚJO, F.N.F. *et al.* A efetividade das ações de controle da hipertensão arterial na Atenção Primária à Saúde. **Rev Pesq Saúde**. 2016; 17(2): 80-6.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cad Pagu** 2019; 55:e195525.

CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L.C.M.; O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis Rev Saúde Coletiva** 2004; 14(1):41-65.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA (BR), Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- Infopen Mulheres**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça; 2018.

LERMEN H.S. *et al.* Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. **Physis**.2015;25(3):905-24. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000300012>.

LOPES, E.B.; LUZ, A.M.H.; AZEVEDO, M.P.S.M.T.; MORAES, W.T. Metodologias para o trabalho educativo com adolescentes. In: **Associação Brasileira de Enfermagem**. Projeto Acolher. Adolescer: compreender, atuar, acolher. Brasília: ABEn; 2001. p. 141-271

OLIVEIRA, Andressa Dias .et al. O impacto da falta da rede de apoio na saúde mental das puérperas da grande Vitória- ES. **Revista Ciência & Saúde em Foco**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 63–82, 2024

REIBNITZ K.S., PRADO M.L. **Inovação e educação em enfermagem**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

RIBEIRO, S.G.; LESSA, P.R.A.; MONTE, A.S.; BERNARDO, E.B.R.; NICOLAU, A.I.O.; AQUINO, P.S.; PINHEIRO, A.K.B. Perfil gineco-obstétrico de mulheres encarceradas no estado do Ceará. **Texto Contexto Enferm** 2013; 22(1):13-21.

SANTOS, B.R.M.; REZENDE, V.A. Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. **Cad EBAPEBR** 2020; 18(3):583-594.



SANTOS, Ana Cláudia S. et al. Assistência de enfermagem não farmacológica à puérpera: Revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 98, n. 2, p. e024321, 2024.